



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

---- De harmonia com o preceituado no artigo 27.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e de acordo com a convocatória feita a cada um dos membros, realizou-se no dia vinte e seis de Junho do ano dois mil e dezanove, no auditório da Escola Profissional de Salvaterra de Magos, sito na Rua Heróis de Chaves, em Salvaterra de Magos, a décima quarta sessão desta Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

---- **Ponto um** - Acta n.º 12 de 25 de Abril de 2019 – Para deliberação -----

---- **Ponto dois** - Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – Para conhecimento -----

---- **Ponto três** - Informação sobre os compromissos plurianuais assumidos entre 11/04/2019 e 12/06/2019, ao abrigo da autorização prévia, no âmbito da Lei dos Compromissos, aprovada pela Assembleia Municipal em 06/12/2018 – Para conhecimento -----

---- **Ponto quatro** - 3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano 2019 – Para deliberação -----

---- **Ponto cinco** - Parecer e certificação legal das contas consolidadas do Município com a AR – Águas do Ribatejo, E.I.M., S.A., referentes ao ano de 2018, prestadas pelo ROC – Revisor Oficial de Contas – Para conhecimento -----

---- **Ponto seis** - Prestação de contas consolidadas com a AR – Águas do Ribatejo, E.I.M., S.A., relativas ao exercício do ano de 2018 – Para deliberação -----

---- **Ponto sete** - Projecto de Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas elaborado pela AR – Águas do Ribatejo, E.I.M., S.A. – Para deliberação -----

---- **Ponto oito** - Projecto de Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água, elaborado pela AR – Águas do Ribatejo, E.I.M., S.A. – Para deliberação -----

---- **Ponto nove** - Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Salvaterra de Magos na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) no âmbito da Análise dos Projectos da Especialidade, Respetiva Vistoria e Fiscalização de Instalações de Armazenamento e Postos de Abastecimento de Combustíveis - Minuta para deliberação -----



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

---- **Ponto dez** - Transferência de Competências dos Municípios para as Freguesias, no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de Abril – Para deliberação -----

---- **Ponto onze** - Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Decretos-Lei Sectoriais 58/2019 e 72/2019 – Para deliberação -----

---- **Ponto doze** - Relatório de Actividades e Avaliação da CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de 2018 – Para conhecimento -----

---- **Ponto treze** - Aprovação da gravação áudio e vídeo e transmissão on-line (live streaming) das Assembleias – Para deliberação -----

---- No uso das competências que lhe são conferidas pela alínea c) do n.º 1 do artigo 30.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por aberta a sessão eram vinte e uma horas. -----

---- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os senhores Deputados Municipais que a senhora Deputada Marta Lídia dos Santos Casimiro Jorge seria substituída por Maria Helena de Meneses Figueiredo e a senhora Deputada Flávia Margarida Oliveira Santos seria substituída por Mário João Ferreira da Silva. -----

---- Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia procedeu, por chamada, à conferência das presenças e registo de faltas, fazendo-se constar a presença dos seguintes Deputados Municipais:-----

---- Francisco Caneira Madelino. -----

---- Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão -----

---- Maria Helena de Meneses Figueiredo -----

---- Telma Filipa Oliveira Simões -----

---- Emílio Manuel Coelho -----

---- Rui Manuel da Silva Moreira -----

---- João Pedro Caniço Marques Abrantes da Silva -----

---- Nuno Miguel Ferreira Monteiro -----

---- Francisco Monteiro Cristóvão -----



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

---- Daniela Filipa Pires Belas Casaca -----
---- Carlos Fatia Tezo -----
---- Susana Paula Pereira Veiga Alves Nunes -----
---- Mário Rui Policarpo Santana da Silva Lobo -----
---- Carlos Manuel da Silva -----
---- Cláudia Maria Gerardo Pinto Mesquita -----
---- Jorge Manuel Costa Santos da Silva- -----
---- António Mendes Vieira -----
---- António de Oliveira -----
---- Mário João Ferreira da Silva -----
---- Maria de Fátima Coelho Sousa Gregório -----
---- Manuel Joaquim Oliveira Faria Bolieiro -----
---- João Batista de Oliveira -----
---- Rui Manuel Duarte da Silva -----
---- Joaquim António Correia Cardoso -----

---- Além da presença dos senhores Deputados Municipais estiveram, ainda, presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal, Hélder Manuel Ramalho de Sousa Esménio e os senhores Vereadores Helena Maria Pereira das Neves, Ana Cristina Ribeiro, Noel Gomes Pereira Caneira, Paulo Jorge Pires Cação e Luís Artur Ribeiro Gomes. -----

Período Antes da Ordem do Dia

---- Interveio o senhor Deputado Jorge Silva cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: **“Voto - Saudação à Greve Climática Estudantil - A primeira Greve Climática Estudantil decorreu em todo o globo na passada sexta-feira 15 de março de 2019. Em cerca de três dezenas de localidades portuguesas, milhares de alunos faltaram às aulas e saíram às ruas em protesto contra a inação face às alterações climáticas. - Tudo começou quando Greta Thunberg, ativista sueca de 16 anos, decidiu, em agosto de 2018, fazer greve às aulas em frente ao parlamento sueco, segurando o famoso cartaz “Greve à Escola pelo Clima.” O seu**



Município de Salvaterra de Magos

Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

objetivo era chamar a atenção dos políticos e políticas suecas para a resolução séria e eficaz da crise climática. Pouco tempo depois, no dia 24 de maio, milhares de jovens voltaram a sair às ruas por todo o país (em cerca de 51 cidades) e por todo o mundo (em mais de 1600 cidades em 119 países) na segunda Greve Climática Estudantil. - Com esta greves, milhares de jovens protestaram contra a inércia das e dos governantes face às alterações climáticas, exigindo uma mudança de paradigma, nomeadamente a proibição da exploração de combustíveis fósseis em Portugal, a expansão significativa das energias renováveis, particularmente da energia solar (a produção elétrica ser 100% assegurada por energias renováveis até 2030) e o melhoramento eficiente e drástico do sistema de transportes públicos, com destaque para a ferrovia. - O atual sistema económico, extrativista, assente em combustíveis fósseis, em bens não duráveis e num sistema de produção orientado exclusivamente para a acumulação de capital é incompatível com a sustentabilidade ambiental. A urgência climática tem que levar as nações a alterar a formas de organização social e económica geradoras de crises humanitárias e de destruição da biodiversidade. A resposta às necessidades sociais deve ser dada por modos de produção sustentáveis. - Em Portugal, os efeitos do aquecimento global são visíveis, em particular nos incêndios florestais, na erosão costeira e na maior frequência de fenómenos climáticos extremos. Em breve, se nada for feito, as alterações climáticas atingirão um ponto de não retorno com efeitos devastadores para a natureza e para a humanidade. - Tal como as e os estudantes, também nós consideramos que é tempo de governar para o futuro, com verdadeiras políticas sustentáveis, mudando o paradigma das políticas que tem sido base da mesma atitude e comportamento de sempre: a destruição imparável do meio ambiente e do planeta Terra. - É hora de todas e todos nós, jovens e menos jovens, trabalhadoras e estudantes, lutarmos com vigor contra aqueles que pretendem continuar a usurpar e delapidar os nossos recursos naturais, que não respeitam as árvores, os animais ou as florestas do nosso planeta, mas também do município. - Em defesa do Planeta e pelo combate às alterações climáticas, saudamos o movimento estudantil. O nosso bem hajam! - A Assembleia Municipal de Salvaterra de Magos, reunida em 26 de junho de 2019, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas i), j) e k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: - 1. Saudar o movimento estudantil e a greve climática estudantil na



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

prossecação de medidas que contribuam para o melhoramento das decisões políticas e na salvaguarda do meio ambiente, encorajando a juventude e toda a sociedade à expressão cívica da maior exigência quanto à adoção das medidas urgentes necessárias para enfrentar as alterações climáticas. – 2. Esta saudação deve ser enviada a todas os Agrupamentos Escolares do Município e às Associações de Estudantes do concelho.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “Só aqui uma dúvida, relativamente à parte final da leitura, a proposta foi enviada respeitando ou não, eu não tenho aqui a minha referência no mail até às 17 h, eu estou a falar por causa da votação.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Antão cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Senhor Presidente, era no sentido de também clarificar esta circunstância, porque nós, efectivamente só fizemos referência a moções, sendo que essas são alvo de deliberação, encapotar uma posição política numa saudação e querê-la submeter a votação, e nem sequer está em causa o tema, é pacífico entre todos nós, sentimo-nos todos bem representados na mensagem que o Secretário-Geral da ONU tem transmitido ao Mundo em relação ao combate e a adaptação às alterações climáticas, não é isso que está em causa, é esta forma de querer sujeitar a Assembleia Municipal a uma variação da designação do que se lê e depois querer submetê-la a votação, o princípio da votação foi aquele que nós aplicámos para as moções e por isso é que se pediu para ser entregue antes, para permitir, como é óbvio, que os grupos municipais possam analisar e reflectir a sua votação, se deixamos de lhe chamar moções e passamos a chamar-lhe saudações e queremos submeter a votação, estamos a contrariar o princípio com o qual todos nós concordamos, se bem me recordo, e era no sentido de pedir o esclarecimento à mesa no sentido se é aceite ou não esta forma encapotada de apresentar moções.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Monteiro dizendo o seguinte: “Senhor Presidente, eu concordo, sendo que tem que ser apresentado, realmente dado o teor e o conteúdo desta como do voto de pesar que é relacionado com a violência doméstica do próximo, não sei como em casos anteriores já aconteceu, ouvir aqui o senhor Deputado a falar disto quando o próprio e este Deputado que aqui levanta este problema já o fez aqui com a consideração das outras bancadas, eles passaram dada a pertinência do assunto, portanto, se entenderem que o



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

Regulamento é para cumprir, nós estamos cá para cumprir o Regulamento e entendemos e apresentaremos numa próxima Assembleia Municipal, no entanto ouvir do senhor Deputado este discurso quando ele aqui já pediu a consideração das outras bancadas para apresentar dada a pertinência na altura, que eu não me recordo sinceramente, mas estamos cá para cumprir o Regulamento.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Antão dizendo o seguinte: “Este Deputado que tem nome, que se chama Nuno Antão e dirige-se ao senhor Deputado Nuno Monteiro, era para agradecer a referência que fez, no sentido de eu próprio ter pedido à Assembleia Municipal para excepcionar essa questão e tinha a ver com um voto de pesar na altura, mas como disse bem, pedi a consideração da Assembleia Municipal e, provavelmente, não tenho agora alcance de memória, mas devo tê-lo feito antes de apresentar o voto de pesar e isso tenho a certeza que foi a propósito disso. Não foi isso que sucedeu nesta circunstância, como disse não é o tema que está em causa é o princípio, porque é sempre nos princípios que as coisas se vergam e nós começamos a abdicar deles passa a valer um bocadinho de tudo.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “Então sendo assim, se eu bem percebo, o Regulamento é claro, não apenas sobre moções, mas sobre recomendações, votos de louvor, congratulações, saudações, portanto, o Regulamento é válido para todas estas situações, portanto, eu acho que um voto de pesar ou uma outra matéria, esta é a minha opinião pessoal, pode haver sempre uma situação que se justifique sem formulações demasiado políticas que precisam de alguma reflexão, portanto, se o senhor Deputado não se importasse fica a moção transcrita em acta, que foi aqui apresentada e não seria votada, certo? Então a segunda posição senhor Deputado Nuno Monteiro!” -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Monteiro dizendo o seguinte: “Muito bem, obrigado. Eu bocado peço desculpa não o cumprimentei, no calor da discussão, portanto, primeiro que tudo cumprimentar a mesa, o senhor Presidente, os senhores e senhoras Vereadoras, senhores e senhoras Deputadas e o público aqui presente, senhor Presidente permita-lhe fazer algumas questões. Em primeiro lugar está a vir aí o calor, vai começar a época balnear e as viagens até à praia, a Praia Doce começou a ser limpa e bem, as pessoas com toda a certeza irão utilizar e a minha pergunta tem a ver com a qualidade da água e se a Câmara Municipal tem previsto



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

fazer análises á água, sabemos que o Tejo recorrentemente tem sido alvo de problemas de poluição, são picos que acontecem e é uma preocupação saber se existe essa preocupação por parte da Câmara também. Em segundo lugar em relação aos transportes, esta medida implementada pelo Governo, e bem, que reduz a carga financeira nas famílias no que toca aos passes, tinham um problema que o Bloco nacionalmente alertou para ele, ou seja, a procura ía ser superior em relação à oferta existente e isso está a criar problemas essencialmente na Área Metropolitana de Lisboa. A minha pergunta é se na Comunidade Intermunicipal já foi feita alguma avaliação em relação ao impacto ou se está a ter impactos semelhantes na nossa zona? Se existe já alguma avaliação feita nesse sentido? Depois queria ainda dar os parabéns e congratular a Comissão de Festas de Salvaterra pelas festas organizadas nesta última semana, umas festas de 9 dias de muito trabalho com toda a certeza e que, permita-me aqui dizer que todas as festas, essencialmente pareceu que correu bem, com uma grande dinâmica, com um espaço e permita-me o trocadilho, bastante sóbrio, importante para que as festas corram de uma forma tranquila, são festas que não duram apenas estes 9 dias, esta Comissão provavelmente teve muito trabalho, muito esforço e isso refletiu-se na qualidade da festa, inclusive num cartaz e fez com que a fasquia, sem dúvida da festa subisse e essa fasquia é uma fasquia que já fica um pouco levantada quando 15 dias antes temos uma feira com um orçamento de mais de 100 mil euros com nomes e falamos de artistas em que fica complicado 15 dias depois a 100 m metros de distância competir com isso, já sabe a nossa posição em relação à Feira, esses mais de 100 mil euros podiam ser bem investidos em outro lado, muito menos ali 15 dias antes. No entroncar disto, reparei também nas festas que ouve a aquisição por parte da Câmara Municipal de um novo palco, evidente que o anterior palco já não tinha as condições necessárias, era necessário um novo palco e saúdo o senhor Presidente pela iniciativa de ter comprado o palco, agora aquilo que lhe pergunto e que já lhe fiz referência aqui várias vezes, é se o senhor Presidente teve a preocupação ou se se aconselhou tecnicamente em relação às necessidades do palco, ou seja, já que íamos fazer um investimento fazê-lo de forma a que respondesse a necessidades. Eu reparei por exemplo, não lhe garanto as medidas, a olho parece-me umas medidas muito semelhantes, mas uma das coisas que eu reparei por exemplo, é que não existem abas laterais, isto é uma questão técnica, as Regis de



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

palco assim o obrigam e nós sabemos que há questões técnicas que podem fazer a diferença, não há muito tempo nas Festas de Salvaterra, exactamente por esse tipo de questões e pela dimensão do palco o artista teve que atrasar e voltar noutra altura. Para terminar, senhor Presidente queria desejar o maior dos sucessos, houve agora eleições para os bombeiros e existe uma nova direcção nos bombeiros e o Bloco de Esquerda quer aqui desejar o maior sucesso a esta direcção, pela importância que os bombeiros têm na vida dos munícipes de Salvaterra e a importância que uma direcção terá na estabilidade do corpo de bombeiros, todos aqueles homens e mulheres que dão o seu esforço para o bem estar da população, independentemente disso e sendo isso o mais importante, aquilo que referi o sucesso da associação e não posso deixar de referir a constituição desta lista. Ela maioritariamente, e atenção que eu não estou a dizer na totalidade, mas maioritariamente ela é constituída por militantes do Partido Socialista, inclusive por eleitos do Partido Socialista senhor Presidente e hoje por acaso aqui vamos assistir, penso que para o final da Assembleia, a uma exposição do trabalho desenvolvido pela CPCJ, se eu bem me lembro e pouco passará mais do que um ano, aconteceu aqui uma situação em que temos uma lista do Partido Socialista apresentada contra outra lista do Partido Socialista e houve aqui uma coisa muito estranha, e a mim o que me preocupa e esse é o teor da minha intervenção é que a política interfira num movimento associativo, em especial nestas que têm especial relevância na vida do Concelho e política interna de cada partido, ainda me preocupa mais e isto está exposto numa carta do anterior comando. Estas preocupações vão de encontro a preocupações que nós temos. Bom, e quero terminar como comecei, independentemente de tudo aquilo que é importante é o sucesso dos bombeiros e que a coisa corra bem, porque o trabalho deles é em prol da população e isso será o mais importante.” -----

--- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Em relação às questões que foram colocadas pelo senhor Deputado Nuno Monteiro, quanto à questão da Praia Doce nós temos tido o cuidado de fazer a gestão de um espaço que estava ao abandono, depois de um investimento significativo feito há alguns anos, no âmbito do programa ValTejo e felizmente conseguimos recuperar para a população a utilização daquele espaço, mediante o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal e pela



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

Junta de Freguesia de Salvaterra de Magos e Foros de Salvaterra, que vem cuidando do espaço em parceria connosco, que reabilitou instalações sanitárias, que reabilitou o espaço, que tem o cuidado de manter a vigilância e o apoio à população que vai fruir daquele Parque de Merendas, que tem o cuidado de ano após ano ter, sempre que possível e tem sido possível, ter a presença de Bombeiros Voluntários e também da GNR que é contratada para garantir a segurança das pessoas, em particular aos fins de semana. Nós, Câmara Municipal, este executivo camarário, conseguiu que aquele parque de merendas voltasse a ser utilizado pela comunidade e até pelas associações do nosso Concelho que vão paulatinamente utilizando o espaço, reconhecendo as condições ímpares que ele tem, quer pela proximidade, quer pelo salgueiral, quer pela limpeza que nós vamos fazendo ao espaço. Todos os anos o Bloco de Esquerda tem tido o cuidado de fazer perguntas, uma vez que não consegue enfatizar o esforço que nós temos feito de reutilização e de fruição daquele espaço pela Comunidade, levanta as questões da poluição no Rio Tejo, como se a poluição do Rio Tejo tivesse a ver com a Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, ou sequer se a gestão daquela linha de água fosse competência municipal. O próprio, o senhor Deputado na intervenção que fez diz que pontualmente há poluição e, portanto, nós teríamos de ter o desperdício de dinheiros públicos, quando sabemos que o Estado, através da Agência Portuguesa do Ambiente, tem e instalou no Rio Tejo sensores e instrumentalização de vigilância das próprias águas, portanto, cabe ao Estado, cabe à Agência Portuguesa do Ambiente a vigilância e o esforço de fazer com que todos os operadores privados, que tenham interação com o rio cumpram. A Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, como eu também tenho repetido todos os anos, não vai gastar dinheiros públicos a fazer vigilância das águas que já estão vigiadas pela APA, até porque, fazia quando? Às 8, às 9, às 10, todos os dias, a todas as horas, quando é que fazia, nós não temos informação, não temos a gestão da linha de água de quando é que há um sensor qualquer que detecte uma descarga, porque isso eventualmente é detectado pela própria APA e é naturalmente divulgado junto das Câmaras Municipais, tem sido esse o esforço da APA, até hoje não temos nenhuma informação e é importante sublinhá-lo de nenhum utente do espaço, de nenhuma circunstancia em que nestes anos em que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia reabilitaram o espaço de qualquer tipo de problema resultante da qualidade melhor



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

ou pior das Águas do Rio Tejo e, portanto, nós vamos continuar a fazer o que temos feito que é limpar, cuidar e querer que aquele espaço tenha as melhores condições possíveis para que as pessoas possam fruir daquele espaço de merendas, sendo que historicamente, como sabemos, já há muitas décadas ele é utilizado pelas pessoas para irem a banhos à água, como também iam à vala de Salvaterra. Nós temos tido o cuidado de garantir a segurança que nos é possível naquele espaço, que é o Parque de Merendas da Praia Doce, como disse através de segurança de pessoas e bens com a ajuda da GNR e por vezes dos Bombeiros Voluntários de Salvaterra de Magos. Em relação aos transportes públicos, que foi outra questão que também foi colocada, a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo deliberou, na sequência da decisão tomada ao nível do Governo, de reduzir os passes para os transportes públicos. Foi possível com base nos meios que estão disponíveis fazer a redução dos passes em cerca de 35% e está a decorrer, no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Lezíria um concurso público, que está a ser preparado para poder fazer uma concessão do transporte público da Lezíria do Tejo, de acordo com um conjunto de regras, quer de qualidade do transporte, quer da qualidade dos próprios equipamentos de transporte, dos percursos que vão sendo definidos, no nosso caso em particular à claramente um melhor serviço, nomeadamente na Aldeia do Escaroupim, que passa a ser coberta por transportes públicos, pelo menos é isso que está previsto no concurso, e o próprio Granho Novo tem também uma ligação a partir de Marinhais, para poder servir aquela população e, portanto, há uma melhoria da qualidade no concurso que está a ser preparado. Não temos para já a informação de que, no caso concreto de Salvaterra de Magos, e tive a oportunidade de falar numa das reuniões que tivemos com a Ribatejana, não houve um crescimento significativo da procura de passes, vamos ver se depois da implementação deste concurso se ela cresce ou não cresce, mas para já não temos informação de que tenha havido um crescimento significativo na utilização do transporte público. Vou-me inibir de fazer comentários quanto aos comentários do senhor Deputado Nuno Monteiro, em relação à Feira de Magos, fica claro que o Bloco de Esquerda tem estado contra a evolução que a Feira de Magos teve e, portanto, está contra o sucesso que aquela Feira pôde atingir com a gestão que nós fizemos dela. É público para quem vive em Salvaterra e conhece bem o estado a que ela chegou, e acho que reconhece hoje a evolução positiva, muito positiva que



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

ela teve e, portanto, nós vamos enquanto estivermos na gestão da Câmara Municipal naturalmente, vamos querer que aquele projecto se mantenha com as várias vicissitudes que levaram a fixar em 2019, eventualmente se houver junção de um feriado da 5.ª Feira da Espiga, pode-se alargar mais um dia, mas o figurino que ela hoje tem de 4 dias, será a dimensão que nós vamos procurar manter e vamos procurar que ela tenha a qualidade que é possível, com os recursos que nós temos, sendo curioso constatar que há nossa volta todas as Câmaras Municipais fazem eventos de dimensão superior à nossa e, seguramente que eu terei oportunidade de perguntar aos meus colegas Presidentes de Câmara, se os senhores Deputados do Bloco de Esquerda estão contra todos os eventos que são feitos em Almeirim, Benavente e Coruche, porque de facto, nós ficamos aquém por razões de escolha e de opção financeira, ficamos aquém, digamos assim, do espectro de artistas que trazemos ao nosso Concelho. Percebe-se que o Bloco de Esquerda não queira ver o sucesso que a Feira atingiu, mas nós vamos ter o cuidado de ano após ano garantir que esse sucesso há-de continuar para dignificar o Concelho de Salvaterra de Magos e dignificar aquele evento que é a Feira de Magos, que é centenária e que esteve para acabar, e felizmente nós conseguimos reabilitar. Em relação também à aquisição do palco, eu não vou fazer comentários, acho que a gestão da Câmara Municipal está entregue neste momento à nossa governação, nós tínhamos um palco que não tinha as condições que as associações pretendiam e desejavam. O palco hoje tem e possibilitou curiosamente a realização do evento, que foram as Festas de Salvaterra de Magos, sem qualquer constrangimento, evento que foi elogiado pelo senhor Deputado, mas a questão do palco “ai Jesus” que pode não ter as condições indicadas, nós vamos provavelmente ainda ver se conseguimos é comprar um outro palco, logo que tenhamos essa disponibilidade financeira e a tolerância da Câmara e da Assembleia Municipal para o aprovar. Muito gostaríamos de poder, não apenas substituir um palco antigo que tínhamos de maiores dimensões, enfim temos vários palcos e vamos conseguindo responder às solicitações, agora não vamos seguramente comprar um palco que nos custe 100 mil euros, quando podemos comprar um palco que nos custa 30 mil euros e que cumpre os objectivos que nós temos de apoio às nossas associações. Em relação à questão dos Bombeiros Voluntários e ao facto da lista dos órgãos sociais dos bombeiros integrar candidatos, militantes, simpatizantes, amigos,



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

afilhados e um conjunto de outros impropérios que vão sendo propalados por alguns nas redes sociais e também agora, pasme-se, na Assembleia Municipal, lembrar apenas ao senhor Deputado que eu espero bem que a lista tenha 50% de militantes e simpatizantes do Partido Socialista, porque era a forma de corresponder à votação que tivemos nas últimas autárquicas e, portanto, quer dizer que nós estamos a cumprir a nossa parte de participação no movimento associativo deste Concelho, que é não apenas ser candidatos políticos, mas assumir e vestir a roupa de poder trabalhar em prol das associações, em prol da comunidade e espero bem que tenha 50%, embora eu não tenha feito essa contabilidade, deixo isso para pessoas, que têm mais apetência para isso do que eu e também mais disponibilidade para o poderem fazer. Fico muito triste, se não tiverem 50% de participantes do Partido Socialista nos órgãos sociais dos Bombeiros Voluntários de Salvaterra de Magos, que é só, se calhar a principal instituição associativa deste Concelho e que devia unir os senhores Deputados e devia unir-nos a todos para tentar preservar o projecto que é a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, em vez de permitir ao senhor Deputado a contabilização de espingardas como se a Associação Humanitária, pelo papel que desenvolve, tivesse alguma vez alguma coisa a ver com os confrontos político-partidários que nós todos temos de ter aqui e em outros palcos. Eu não faço essa leitura da Associação Humanitária, mas ainda bem que o senhor Deputado me informa que nós temos essa representação nos órgãos da associação, porque fico muito mais tranquilo, até porque se alguns foram candidatos a estes órgãos é porque são pessoas com competência, porque de outra forma não teriam seguramente sido escolhidos por nós para fazerem parte de listas que apresentámos. Em relação aos bombeiros também, e aproveitando sem querer de forma alguma entrar na gestão daquela casa, nós não destrinchamos e a prova é essa, nós não destrinchamos entre direcções, ao contrário daquilo que o senhor Deputado passou a fazer aqui, nós não destrinchamos entre responsáveis dirigentes, seja dessa associação, seja de outras. No passado, o Presidente da Câmara era acusado por ter vários membros do Partido Socialista, alguns deles Deputados, outros ex-autarcas naquele órgão, hoje é acusado de continuar a ter representantes do Partido Socialista naqueles órgãos, eu gostaria mais de ser acusado de ser o Presidente de Câmara que se conseguiu relacionar com todas as direcções da Associação Humanitária e trabalhar com elas, quaisquer que fossem os



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

dirigentes que em cada momento estivessem à frente das associações e que conseguiu aumentar em mais de 50% o apoio que era dado pela Câmara Municipal à Associação Humanitária dos Bombeiros, que conseguiu por decisão da Câmara Municipal adquirir uma nova ambulância para os bombeiros, que estamos no processo a tentar constituir uma Equipa de Intervenção Permanente e isso foi tudo feito na anterior direcção e, portanto, vamos agora caminhar com esta nova direcção, que foi eleita pela Assembleia Geral de associados, que é o órgão que tem competência para escolher as direcções. Tenho pena que se o senhor Deputado está preocupado com a contagem de espingardas, não tivesse arranjado uma solução alternativa a esta lista que se apresentou aos bombeiros, porque seguramente que os associados teriam todo o prazer em ter opção de escolha entre elas. Foi a única lista que se apresentou, é a lista que foi votada pela Assembleia Geral, tem a representação que os sócios assim o quiseram e é com essa lista, agora órgãos sociais, que esta Câmara Municipal vai ter que trabalhar como o fez no passado quando era liderada pelo João Silva, que como sabe não era um insuspeito socialista.” -----

---- Ponto um - Acta n.º 12 de 25 de Abril de 2019 – Para deliberação -----

---- Submetida a votação a acta de 25 de Abril de 2019, foi a mesma aprovada por maioria, com 20 votos a favor e 4 abstenções dos senhores Deputados Municipais Rui Manuel Moreira, Mário Rui Santana, Maria de Fátima Gregório e Mário João Silva, por não terem estado presentes na sessão. -----

---- Ponto dois - Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – Para conhecimento -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Antão dizendo o seguinte: “Até para ganharmos ritmo para nos habituarmos ao último ponto da ordem de trabalhos, as Assembleias Municipais têm que passar a ter uma componente de oralidade muito maior do que aquela que tem tido até hoje, porque estes relatórios são relatórios elaborados, como é obvio, com a competência técnica e política de quem os faz, resumem a actividade sumariamente a actividade do



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

Município, mas a Assembleia Municipal e, espera-se num futuro breve, as pessoas têm que ter conhecimento disto, e nesse sentido e, já agora só um à parte, só para me confessar efectivamente militante do Partido Socialista, não vá isso ser um problema também para qualquer intervenção na Assembleia Municipal, na vida associativa, coisa estranha, já passou a ser um problema ser militante de um partido político, nós habituámo-nos, nós do ponto de vista histórico, habituámo-nos a isso antes de 1974 e houve aqui um período também, para aí entre 1998 e 2000 e alguns, também houve um problema com a militância partidária, nomeadamente a militância no Partido Socialista, mas esses tempos já passaram e lamento profundamente que numa Assembleia Municipal no ano de 2019, se esteja a apontar às pessoas serem militantes de um partido político. Eu aqui há tempos li o estatuto editorial do polígrafo que é uma coisa aí pro moderno do fact checks, em que lá diz se os jornalistas são independentes e se tornarem militantes de um partido são imediatamente dispensados, nós estamos em 2019 e isto acontece no polígrafo, que é uma coisa que eu posso dizer à vontade, com o à vontade de quem percebe e quem sabe ler estas coisas, que é um suposto órgão de comunicação social de fact jacking ligado à direita, vir da esquerda uma acusação qualquer às pessoas, porque são militantes de um partido é uma insinuação miserável, não mais do que isso do que é insinuar sobre as pessoas qualquer suspeita só porque tem um cartão de militante do Partido Socialista, porque há militantes de outros partidos e esses não foram referidos aqui em circunstância nenhuma. Mas voltando ao ponto número 2, e à actividade do Município era o que eu pedia ao senhor Presidente de Câmara se pudesse ser um bocadinho mais pormenorizado em relação às informações que aqui estão e em relação até a algumas intervenções que estão a ser feitas no nosso Concelho, que não são propriamente da responsabilidade directa da autarquia, como é o caso por exemplo da requalificação da Escola Primária da Vala, em Salvaterra para Quartel da GNR ou como são as questões da saúde, que também outra curiosidade, que de repente se deixou de ouvir falar no Concelho de Salvaterra, que tanto levaram a que em Assembleias Municipais, quer o executivo da Câmara quer os Deputados Municipais tivessem sido sujeitos a mais insinuações também, não é propriamente uma novidade as insinuações, mas para além destas duas, depois também não só as questões materiais da obra física, como é o caso do Dique do Escaroupim ou a requalificação do espaço da antiga escola em Muge, do Espaço



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

Jackson ou da colocação de iluminação pública, quer na EN 367, porque eu acho que ainda não está em execução, mas já foi anunciado, quer da Barragem para a Várzea Fresca, mas para além desta obra física também outra obra, ou aquilo que se vai construindo e é a marca que se deixa para o futuro com projectos como led móvel da Comunidade Intermunicipal para simplificar a linguagem, do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, se era possível para a Assembleia Municipal ficar com total consciência do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido e claro que passou aqui algumas, como a requalificação do espaço junto à Escola do Granho e mais um conjunto de obras que têm sido feitas, que a determinada altura as oposições, quer seja de forma directa quer seja de forma indirecta, tendem a ridicularizar as obras, mas elas vão cumprindo a sua função essencial que é de melhorar a qualidade de vida das pessoas e isso não pode, nem deve perturbar ninguém, não deve perturbar as oposições e deve ser valorizado. É claro que se o objectivo pode ser sempre maior, mas se objectivo é para ser maior têm que o afirmar também que o querem maior, que o querem melhor e não apenas acusar os outros que querem fazer alguma coisa, de serem militantes do Partido Socialista.” ---

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Monteiro dizendo o seguinte: “Só porque parece que estamos aqui a querer dar a volta à minha intervenção, senhor Deputado Nuno Antão, você pode pintar a manta da cor que quiser, pode pintá-la de cor-de-rosa se assim o entender, a minha preocupação e eu não tenho problema em que exista pessoas ligadas à política, é a coisa mais natural da vida, aquilo que me preocupa é a mistura da política num movimento associativo, é isso que me preocupa, preocupa-me ainda mais disputas internas de partidos estarem presentes em movimentos associativos, para que fique claro, senhor Deputado.” -----

---- Em resposta o senhor Presidente da Câmara Municipal disse: “Em relação ao trabalho que nós vamos procurando desenvolver, que ao fim e ao cabo é isso que justifica a eleição de autarcas para procurar de alguma forma com os meios que estão ao seu dispor, em termos de recursos humanos, em termos de equipamentos e também os meios financeiros, e também perante uma estratégia, para melhorar a prestação em termos de realização de trabalho através da obtenção de outras fontes de financiamento, que não apenas aquelas que são as resultantes das transferências do Orçamento de Estado, e falo naturalmente dos fundos comunitários que são fundamentais para o desenvolvimento do nosso projecto, nosso e de



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

quem esteve antes de nós e quem vai estar depois de nós seguramente, que é os fundos europeus e, portanto, nessa estratégia nós fizemos um conjunto de escolhas que nos cabem por estar nestas funções, obviamente que somos sensíveis a um conjunto de opiniões críticas, nomeadamente por parte da nossa população, que tem sempre vontade de ver arranjado, como é legítimo, a sua rua, o seu passeio, as coisas que estão mais próximas dela, nós não conseguimos é como é evidente, chegar a todos ao mesmo tempo e, portanto, temos de procurar fazer as escolhas e um caminho que seja o mais possível coerente com os objectivos de melhoria da qualidade de vida da nossa população. Antes de elencar um conjunto de intervenções que estamos a fazer, sublinhar que de facto está a decorrer pela GNR, portanto, pelo Ministério da Administração Interna, finalmente e após vários anos de espera, a construção do quartel da GNR, em Salvaterra de Magos, é evidente que as circunstâncias são as que são e, portanto, está a decorrer no local que foi escolhido pela GNR entre as várias opções que tiveram, que lhes foram colocadas, de construir naquele espaço, de ser cedido um terreno para construir junto ao quartel dos bombeiros e termos uma área de protecção civil, com a GNR contigua aos bombeiros ou o próprio espaço onde está hoje sendo o quartel requalificado por forma a poder ter um quartel com outras características. Foram 3 opções que tiveram, a GNR, enfim, desde início que estava inclinada para aquela solução e foi aquela solução que ficou, portanto, não farei comentários sobre isso, as circunstâncias são o que são e a obra está a decorrer a bom ritmo. Em termos de saúde temos conseguido ao longo destes anos, em particular com este último Governo, melhorar muito a qualidade dos serviços que são oferecidos à nossa população na área da saúde, passámos de uma circunstância, quando chegámos, em cerca de 60%, um pouco mais creio, da população do nosso Concelho que não tinha médico de família, nem tinha médico, estava praticamente só um médico em Marinhais e estava em risco o encerramento da extensão de saúde da Glória, com a saída da única médica que na altura lá estava, para uma outra unidade de saúde no distrito. Foi possível passar dessa situação em que não havia médicos e não havia médicos de família em mais de 60% da população para uma situação actual, que ainda não é a desejada, em que temos 75% da população com médico de família e temos para os outros 25% que não têm médico de família, temos vários médicos alguns estrangeiros, que estão prestando serviço nas Unidades de



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

Saúde e, portanto, não há falta de médicos no nosso Concelho, há ainda é falta de médicos de família para 25% da população. Estamos a falar de 5 mil pessoas que têm médico, mas não têm médico de família. Está a decorrer, entretanto, um concurso público, como é sabido, para a colocação de dois médicos no nosso Concelho, sendo que um se vier será para substituir um médico que tem vontade de sair e um outro será para melhorar as condições que temos hoje no Concelho. Os próximos passos, porque é esse o desafio também que foi lançado pelo senhor Deputado, vão ser no sentido de, depois de conseguirmos estabilizar no território estes médicos de família, é começarmos a desenvolver procedimentos para a criação de Unidades de Saúde Familiares, USF's no nosso Concelho, porque somos dos poucos Concelhos do distrito que não tem USF's, exactamente porque estivemos muitos dependentes de médicos estrangeiros, médicos tarefeiros e a criação de Unidades de Saúde Familiar só podem avançar se os próprios, ou seja, se os médicos e os enfermeiros e se os assistentes técnicos se resolverem a auto organizar, lançarem o desafio ao ACES da Lezíria, que depois faz a defesa desse projecto junto à ARS, ou seja, se os médicos, os enfermeiros e os assistentes técnicos do nosso Concelho se organizarem é possível criar uma USF em Salvaterra de Magos, que sirva Salvaterra de Magos e os Foros de Salvaterra, mas isso só se consegue com a vontade dos próprios e só se consegue ter a vontade dos próprios se os próprios sentirem que estão adstritos ao território do nosso Concelho. O Centro de Saúde de Salvaterra de Magos tem condições logísticas e físicas para ter uma USF, portanto, será um próximo passo, além da colocação dos médicos de família que faltam, será um próximo passo que estamos a desenvolver no âmbito do ACES, a ver se conseguimos "convencer" os médicos e os enfermeiros a avançarem no sentido de criarem uma USF. Depois temos como objectivo mais distante e já disponibilizámos terreno para isso, a criação de uma nova estrutura de saúde em Marinhais, obviamente que é um sonho, é um projecto a médio e longo prazo, naturalmente, mas já quisemos fazer pressão sobre o Ministério e sobre a ARS, dizendo-lhes que nós estamos disponíveis para ceder terreno para a construção de uma unidade nova de saúde, porque se não construirmos uma unidade nova de saúde, não conseguimos criar uma segunda USF que servisse o norte do nosso Concelho. O nosso Concelho precisaria de duas USF's para ser totalmente coberta pela Unidade de Saúde Familiar. A grande vantagem destas



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

Unidades de Saúde Familiar é que em princípio e em regra conseguem horários mais alargados de serviço à nossa população, muitas vezes das 8h às 20h e ao mesmo tempo conseguem os utentes ter sempre médico, mesmo que haja um médico que por doença falte, é substituído por outro médico, portanto, teríamos um melhor serviço se conseguíssemos criar USF's no nosso Concelho. Estamos a pensar tentar em Salvaterra de Magos dar esse passo, não vai ser fácil, temos de contar com todos estes profissionais da saúde, com a sua vontade de se unirem e de trabalharem em conjunto e depois trabalharmos para uma segunda Unidade de Saúde Familiar em Marinhais, isto obviamente que mantendo os postos de saúde que temos hoje a funcionar, não é encerrando postos de saúde, é manter o que temos, criar USF's, porque podemos ter USF's com médicos em Salvaterra e nos Foros, tal como podemos ter USF's com médicos em Marinhais e na Glória do Ribatejo, enfim e o que seria desejável é que ainda pudéssemos conseguir arranjar um médico que fizesse também Granho e Muge, porque era uma forma, de nós também deixarmos de ter os consultórios municipais e passávamos a ter esses consultórios integrados no Serviço Nacional de Saúde. Em termos de outras actividades que estamos a desenvolver, ainda que de uma forma algo desconexa, e consultando o documento que vos foi entregue, nós estamos a fazer manutenção e conservação dos espaços públicos, designadamente a cobertura das piscinas, o pavilhão de Salvaterra, a substituição de equipamentos no Complexo Desportivo, também ar condicionado no Palácio da Falcoaria, estamos a fazer uma candidatura que vamos concretizar nos próximos meses que vai reabilitar a Escola "O Século", aquela escola centenária que temos aqui no centro de Salvaterra e que precisa de ser reabilitada, porque tem já muitas patologias ao nível da cobertura e dos paramentos, portanto, vamos querer cuidar daquele espaço para depois o afectar, face à localização excelente que ele tem, a eventos no nosso Concelho, eventos na sede do Concelho. Estamos também a fazer uma reabilitação de um espaço bem maior que é o Espaço Jackson, obra que está aproximando-se do fim, faltando ainda, embora que já tenhamos iniciado, a reabilitação da zona envolvente, estamos a intervir na Rua 25 de Abril, estamos a intervir, neste momento, com as melhorias das infraestruturas de telecomunicações e também provavelmente vão sair melhorias ao nível da rede eléctrica, até para abastecer e servir este espaço. Ainda vamos também querer em parceria com a Junta de Freguesia local



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

reabilitar, modernizar se quiserem, o Largo onde fica o Poço da Roda. Estamos também a concluir como sabem, a obra de reabilitação do Dique do Escaroupim, portanto, é preciso também ir cuidando do património que temos e é sempre património e há sempre tarefas para desenvolver ao longo dos vários anos dos vários mandatos, neste momento estamos também a concluir o Dique do Escaroupim, faltam as sinalizações horizontal e vertical da faixa de rodagem, é uma obra que também vai melhorar muito a acessibilidade aos campos e à aldeia. Já concluímos o concurso público para as vias pedonais na EN114-3 na Várzea Fresca, portanto, a construção de passeios, rede pluvial e estacionamento ao longo da EN 114-3 na Várzea Fresca, as coisas não andam muitas vezes, porque têm estes procedimentos administrativos que são precisos levar por diante. Também estamos a reabilitar a antiga escola EB1 na Rua Armino de Jesus, em Muge, depois de termos feito de alguma forma o arranjo da própria praça à frente, vamos agora reabilitar aquela escola para ela poder ser uma escola de música, em Muge. Estamos a desenvolver com a Comunidade Intermunicipal e parece que vamos conseguir bons resultados neste momento, enfim, obviamente que só depois de termos a candidatura apresentada, mas também só podemos ter candidatura apresentada depois de ter o projecto técnico, mas para já conseguimos garantir alguns meios financeiros na casa dos, estimo, e espero que os senhores Deputados tenham isso em consideração, estimo neste momento uma intervenção que rondará na Escola da Glória do Ribatejo cerca de meio milhão de euros e, portanto, para que aquele espaço fique também modernizado e o mais próximo possível daquilo que foi o investimento nos outros Centros Escolares que entretanto já estão em funcionamento no nosso concelho. Também fizemos alguma reabilitação da envolvente à EB 1 do Granho onde também estamos a cuidar agora e mais ou menos teremos concluído os arranjos na envolvente da escola, não só no interior, mas também no exterior e defronte da igreja do Granho, em termos de passeios, de circulações, de estacionamento, porque a zona era bastante carente em estacionamento. Também neste esforço ainda de reabilitação e de apoiar as nossas associações e as IPSS, estamos a prosseguir com o Centro de Bem Estar Social de Muge, a tentar concluir o mais rápido possível, esperando que seja este verão a reabilitação daquele espaço, da Creche e Jardim de Infância. Estamos também com a decisão final dos técnicos sobre o concurso público que fizemos para acessibilidade à zona industrial



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

Pinhal dos Mouros, em Salvaterra de Magos, portanto, vamos alcatroar e fazer uma ciclovia naquela zona industrial. Também está para consignar, ou seja, para entregar a obra ao empreiteiro para que possa arrancar na próxima semana a Rua do Mercado Novo, em Marinhais, primeiro, foi o concurso público, já foi feita a adjudicação e a consignação segue para a semana que vem. Também temos melhorado a iluminação pública como o senhor Deputado questionou, em vários locais do nosso Concelho, entre eles, na zona da Barragem de Magos a procurarmos que seja mais digno, dando-lhe a possibilidade de termos iluminação desde a Várzea Fresca até ao Granho Novo e, portanto, fazendo ali, digamos um circuito que possa também valorizar a própria fruição daquele espaço. Depois temos também melhorias das iluminações que queremos fazer, no Mercado de Salvaterra, no Campo de Futebol de 7, em Salvaterra, procurando ir qualificando e pondo ao serviço das nossas associações, no caso das zonas desportivas. Temos vários arranjos urbanísticos a serem feitos pelas nossas equipas e por vezes não têm a dinâmica que nós gostaríamos porque depois temos de interromper para apoiar a montagem de uma festa, para apoiar a realização de um festival de folclore e, portanto, temos tido felizmente muita dinâmica das nossas associações e essa dinâmica, de facto tem que ter o apoio logístico em termos de equipamentos e de recursos humanos da própria Câmara Municipal, facto que por vezes não é por nós valorizado, mas que mobiliza muitos dos nossos recursos para apoiar essas realizações. Temos arranjos urbanísticos a decorrer na Rua do Pombal, no Bairro Pinhal da Vila, onde conseguimos que a Tagusgás estendesse a rede de gás natural a todo o bairro ou a quase todo o bairro, enfim, dentro das limitações orçamentais que eles também têm e agora vamos aproveitar essa intervenção para reabilitar todos os passeios ou quase todos aqueles que nos forem possíveis, que estavam em cimento degradado para colocarmos pavê. É um esforço enorme são quilómetros de passeios para fazermos, mas vamos seguramente conseguir com paciência e tempo fazê-los. Estamos também a intervir na zona da Roseira Alta, Bairro Nossa Senhora da Conceição, digamos assim confinando com a Rua da Roseira Alta, estamos com a Junta de Freguesia também a intervir ali. Na Glória do Ribatejo, na Rua 25 de Abril também na envolvente desde a escola até ao Poço da Roda, estamos a qualificar em termos de estacionamento e de passeios, também em conjunto com a Junta de Freguesia local. Vamos



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

fazer ainda em parceria pois eles já começaram, nós vamos acabar os estacionamento na rua que dá acesso à igreja da Glória do Ribatejo, colocando calçada grossa. Estamos também a intervir neste momento na Rua da Lagoa, em Marinhais, em termos de pluvial e em termos de passeios. Estamos também a trabalhar no Granho, naquilo que provavelmente no decurso do mês que vem, até final do mês, esperamos que esteja disponível para a comunidade local aquela área, o parque infantil e de lazer do Granho. Está neste momento em trabalhos de pinturas e pormenores, acho que vai ser uma obra que vai ficar muito a contente da população local, porque vai dignificar muito a envolvente da escola, da igreja e do polidesportivo que ali há. Estamos a desenvolver, neste momento já no terreno o projecto para ver se depois conseguimos uma candidatura a fundos comunitários, para o que falta da EN 367, em Marinhais em termos de passeios e em termos de estacionamento e, portanto, o resto da EN 367 na direcção da Rua Narciso Santos até à Rua da Cerâmica, em Marinhais, o projecto está a ser desenvolvido neste momento para depois podermos apresentar uma candidatura, se nos for dada essa oportunidade à mobilidade aos fundos europeus. Dar-vos a informação também que vamos receber a todo o tempo uma nova viatura de 9 lugares que será afectada aos transportes escolares. Informá-los que em relação à educação estão abertas inscrições para a acção social escolar, transportes, auxílios económicos, refeições escolares, apoio à família na pré-escola e na EB1. Estamos a desenvolver este mês que vem um upgreat nos serviços que as Câmaras põem em complemento do trabalho que é feito pelas nossas IPSS na ocupação das crianças que naquelas actividades de apoio à família, vamos tentar estender isso até ao mês de Julho, é isso que estamos a desenvolver, neste momento em Salvaterra de Magos, de uma forma, eu diria como teste, como embrionária, a ver se há digamos pais que vêem nisso vantagem, foi-me lançado esse desafio pela senhora Vereadora de encontrarmos uma solução para fazer isso. Temos também várias actividades para as crianças e jovens, desde o Festival Muuu, ao OTL ao Empreenser, que é uma actividades de Verão já para jovens de maior idade. Também tivemos várias acções de sensibilização dos jovens, para o bullying para o ciber bullying, enfim, um conjunto de actividades ligadas à Universidade Sénior que agora terminou, recentemente o seu ano lectivo, portanto, ligando aos mais velhos a Universidade Sénior, o desporto sénior activo. Vamos agora iniciar nos meses de Agosto e Setembro os passeios



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

anuais de idosos, enfim, eu julgo que, de uma forma muito sumária, retratei aqui em pouco tempo aquilo que temos feito desde a última Assembleia até hoje.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Antão dizendo o seguinte: “Só a propósito da manta, porque nem está de acordo com o tempo, mas para dizer ao senhor Deputado Nuno Monteiro que eu não pinto manta nenhuma, eu no limite registei aquilo que ouvi e aquilo que eu ouvi foi um eleito do Bloco de Esquerda, no ano de 2019 questionar a militância partidária das pessoas que concorreram livremente, já agora com a cotas em dia, numa assembleia legalmente convocada e que foram eleitos pelos sócios da dita associação. O senhor Deputado poderia ter transmitido preocupações com a operacionalidade, com a integração dos sistemas de emergência, de socorro, com a integração dos sistemas de vigilância, com o transporte de doentes não urgentes, com um inúmero conjunto de questões que lhes dizem respeito a todos, nomeadamente a nós que somos eleitos. Podia ter trazido essas preocupações todas, não, a única coisa que manifestou foi perturbação com a militância das pessoas. Em 2019 isso fica mal a todos, em especial ao Bloco de Esquerda, em especial ao Bloco de Esquerda, arauto da democracia, notário das liberdades e em Salvaterra questiona as pessoas só pela sua militância. Não havendo nada para dizer, a melhor coisa que fazem é calarem-se, não é acusarem as pessoas da forma miserável como a fizeram.” -----

---- **Ponto três - Informação sobre os compromissos plurianuais assumidos entre 11/04/2019 e 12/06/2019, ao abrigo da autorização prévia, no âmbito da Lei dos Compromissos, aprovada pela Assembleia Municipal em 06/12/2018 – Para conhecimento** -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

---- **Ponto quatro - 3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano 2019 – Para deliberação** -----

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal lendo o seguinte documento: “*Esta 3ª Revisão ao Orçamento e ao Plano justifica-se pela necessidade de substituirmos o chiller e um depósito do equipamento de AVAC do Centro Escolar de Marinhas. - Uma outra razão, depois*



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

de conseguirmos no próximo mês apresentar a candidatura da Reabilitação da Escola “O Século” ao PARU, será virmos a fazer um projeto técnico que nos habilite, se a oportunidade surgir, a apresentar ainda mais uma candidatura na Área da Reabilitação Urbana que incluiria o tratamento do Jardim da Praça a República, o Largo dos Combatentes e as Ruas de Coruche e Heróis de Chaves, em Salvaterra de Magos.” -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 19 votos a favor (14 da bancada do PS, 2 da bancada do PSD, 2 da bancada do CDS e 1 do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho (MIGG)) e 5 abstenções (3 da bancada do BE e 2 da bancada da CDU), aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do Ano 2019. -----

---- Ponto cinco - Parecer e certificação legal das contas consolidadas do Município com a AR – Águas do Ribatejo, E.I.M., S.A., referentes ao ano de 2018, prestadas pelo ROC – Revisor Oficial de Contas – Para conhecimento -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

---- Ponto seis - Prestação de contas consolidadas com a AR – Águas do Ribatejo, E.I.M., S.A., relativas ao exercício do ano de 2018 – Para deliberação -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 22 votos a favor (14 da bancada do PS, 3 da bancada do BE, 2 da bancada do CDS, 2 da bancada da CDU e 1 do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho (MIGG)) e 2 abstenções da bancada do PSD, aprovar a consolidação de contas com a AR - Águas do Ribatejo, E.I.M., S.A, relativas ao exercício do ano 2018. -----

---- Ponto sete - Projecto de Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas elaborado pela AR – Águas do Ribatejo, E.I.M., S.A. – Para deliberação -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade: -----

---- a) Aprovar a proposta de Projecto de Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas, elaborada pela Águas do Ribatejo. E.I.M, S.A, de acordo com o n.º 2 do artigo 62.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto; -----

---- b) Ratificar a realização da consulta pública, promovida pela Águas do Ribatejo, E.I.M, S.A,



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

uniformizando deste modo o período de participação de todos os interessados nos sete municípios abrangidos por esta entidade, a qual decorreu entre 04 de Abril e 20 de Maio, inclusivé; -----

---- c) Aprovar a submissão do referido projecto de regulamento à entidade reguladora por parte da Águas do Ribatejo, E.I.M, S.A, para efeitos de parecer, em conformidade com o n.º 4 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto. -----

---- Ponto oito - Projecto de Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água, elaborado pela AR – Águas do Ribatejo, E.I.M., S.A. – Para deliberação -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade: -----

---- a) Aprovar a proposta de Projecto de Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água, elaborada pela Águas do Ribatejo. E.I.M, S.A, de acordo com o n.º 2 do artigo 62.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto; -----

--- b) Ratificar a realização da consulta pública, promovida pela Águas do Ribatejo, E.I.M, S.A, uniformizando deste modo o período de participação de todos os interessados nos sete municípios abrangidos por esta entidade, a qual decorreu entre 04 de Abril e 20 de Maio, inclusivé; -----

---- c) Aprovar a submissão do referido projecto de regulamento à entidade reguladora por parte da Águas do Ribatejo, E.I.M, S.A, para efeitos de parecer, em conformidade com o n.º 4 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto. -----

---- Ponto nove - Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Salvaterra de Magos na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) no âmbito da Análise dos Projectos da Especialidade, Respetiva Vistoria e Fiscalização de Instalações de Armazenamento e Postos de Abastecimento de Combustíveis - Minuta para deliberação -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 22 votos a favor (14 da bancada do PS, 3 da bancada do BE, 2 da bancada do PSD, 2 da bancada da CDU e 1 do senhor Presidente



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho (MIGG)) e 2 abstenções da bancada do PSD, aprovar a minuta do contrato interadministrativo em título. -----

--- Ponto dez - Transferência de Competências dos Municípios para as Freguesias, no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de Abril – Para deliberação -----

--- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo o seguinte: “Sobre esta temática, nós também na Câmara Municipal, naturalmente já tivemos oportunidade de conversar. Numa forma muito sucinta este Decreto-Lei dá-nos a possibilidade de transferir novas competências para as Freguesias ou dá a possibilidade à Assembleia Municipal de optar para que elas continuem na esfera do Município. Estamos a falar de competências na área da gestão e manutenção de espaços verdes, também na área da limpeza de vias de comunicação, mobiliário urbano, também nas reparações de escolas, de ocupação de vias públicas, licenciamento de publicidade, de máquinas de diversão, de licenciamento de recintos improvisados, licenciamento de fogos de artifício, queimas e queimadas e na reflexão que fizemos em conjunto com os senhores Presidentes de Junta, aliás cujos pareceres são necessários nos termos da Lei solicitar às Juntas de Freguesia, nós entendemos que os acordos de cooperação que temos celebrados com as Juntas de Freguesia correspondem, na avaliação que fizemos em conjunto, às expectativas que as Juntas de Freguesias têm, não quer dizer que no próximo mandato não seja ajustado em função dos novos eleitos locais, mas que eles correspondem bem às expectativas das freguesias e do Município, porque nós não temos a possibilidade e por todos foi reconhecido isso, de transferir para as Juntas de Freguesia, engenheiros que deem pareceres sobre licenciamentos ou técnicos da área de protecção civil que deem pareceres e que estejam nas freguesias a dar pareceres sobre os fogos de artifício, queimas, queimadas, sobre licenciamento administrativo, técnico e administrativo de recintos de ocupação de vias públicas, não temos equipamentos, para além dos técnicos, não temos equipamentos para poder pôr nas Juntas de Freguesias, uma retroescavadora em cada uma, que pudessem garantir a realização de obras, seja nas vias, seja nas escolas e, portanto, na ponderação que foi feita em conjunto e depois de obter os pareceres das respectivas Juntas de Freguesias, chegámos à conclusão que devemos manter



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

o que acordámos no início deste mandato e que foi aprovado aqui na Assembleia Municipal e que a Assembleia Municipal deveria ponderar manter na esfera do Município as competências que estão referenciadas neste Decreto-Lei 57/2019 e, portanto, foi esta a reflexão que fizemos, porquê? Porque e também acrescentando, porque melhor conseguimos servir as nossas populações se conseguirmos que a Câmara Municipal responda e seja parceira das Juntas de Freguesias nas múltiplas tarefas que eles têm que desenvolver e nós temos de desenvolver, mas na impossibilidade de dar a todos os equipamentos e os recursos que eram necessários para executar, é preferível que nós continuemos a realizar e a cumprir os acordos de cooperação e pontualmente a cooperarmos, como eu referi na minha intervenção no ponto 2, com aquela obra ou com outra obra, sermos parceiros no desenvolvimento de tarefas nas Freguesias e é esse o caminho que escolheu a Câmara e que escolheram as respectivas Juntas de Freguesias do nosso Concelho.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Monteiro dizendo o seguinte. “Só para dizer que o Bloco irá votar favoravelmente, e infelizmente irá votar favoravelmente, porque este é o exemplo em que as Juntas de Freguesias por uma questão de proximidade seriam aquelas que poderiam dar a melhor resposta às situações, mas como se compreende aqui não existem meios técnicos nem meios humanos que o permitam fazer, essa é a nossa questão em relação à transferência de competências no que toca para os municípios que se procederá no ponto a seguir no ponto 11, no qual votaremos contra e acho que fica aqui um bom exemplo daquilo que é necessário quando existe transferência de competências, para além das competências é preciso transferir recursos também.” -----

---- Interveio o senhor Deputado João Pedro Caniço cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “A CDU também irá votar favoravelmente à proposta do executivo e eu iria passar então a ler a declaração de voto, para que fique devidamente registada em acta.” -----

---- Seguidamente o senhor Deputado João Pedro Caniço leu a seguinte declaração de voto: “A Lei da transferência de competências para as autarquias (50/2018) e a de alteração à Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (51/2018), confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e,



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

sobretudo, à resposta aos problemas das populações. - A Lei 50/2018 prevê que os termos concretos da transferência em cada uma das áreas, resulte de Decreto-Lei a aprovar em Conselho de Ministros. Nesses termos foi publicado o Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de Abril que “Concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias”. - A publicação do Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de Abril decorre da Lei nº 50/2018, de 16 de Agosto, que determina o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, é parte integrante de um processo designado de descentralização, mas que na prática mais não é do que uma transferência de encargos para as autarquias a par de uma profunda e inaceitável desresponsabilização do Governo de áreas fundamentais. O Decreto-Lei, tal como já acontecia com os acordos de execução entre municípios e freguesias, não concretiza só por si qualquer transferência de competências dos municípios para as freguesias. A transferência de competências está dependente de um entendimento entre os municípios e as freguesias e da respectiva aprovação pelos órgãos autárquicos, podendo nunca acontecer. Na prática não há novas competências próprias das freguesias, contrariamente ao que foi amplamente propalado pelo Governo. - Por tudo isto, está-se perante um quadro de incerteza e insegurança, quer para os trabalhadores quer para a organização e funcionamento dos serviços, gerador de limitações e dificuldades, lesivas dos interesses das populações. - A Lei 50/2018 estabelece porém que essa transferência se possa fazer de forma gradual e confere às autarquias a faculdade de optarem por adiar o exercício das novas competências por deliberação das suas assembleias, comunicando a sua opção à DGAL. - Atendendo aos considerandos referidos a CDU irá continuar a reclamar: - o início de um processo sério de descentralização, inseparável da consideração da criação das regiões administrativas; - a reposição das freguesias liquidadas contra a vontade das populações; - a identificação no domínio da transferência de novas competências, das que se adequam ao nível municipal e de freguesia, não comprometem direitos e funções sociais do Estado (designadamente a sua universalidade) e sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados e não pretexto para a desresponsabilização do Estado por via de um subfinanciamento que o actual processo institucionaliza.” -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade: -----



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

---- a) Manter no âmbito da intervenção municipal todas as competências a que alude o artigo 2º, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de Abril, mantendo deste modo válidos os Acordos de Cooperação hoje existentes entre o Município e as Freguesias, em função da deliberação das Juntas de Freguesia, como preceitua o nº 4, do artigo 2º, do referido diploma legal; -----

---- b) Comunicar à DGAL a presente deliberação e parecer das Juntas de Freguesia. -----

---- Ponto onze - Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Decretos-Lei Sectoriais 58/2019 e 72/2019 – Para deliberação

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo o seguinte: “Muito simples, aliás os senhores Deputados receberam a documentação, é uma matéria que também foi à Câmara, foi aprovada pela maioria, com os votos favoráveis dos Vereadores do PS e os votos contra dos senhores Vereadores do Bloco. Estes dois Decretos-Lei que têm que ver com, um deles o 58/2019 que tem que ver no essencial com a descentralização de competências naquilo que mais se aplica ao nosso Concelho com transporte turístico de passageiros, ou seja, nós defendemos que devíamos ficar com esta competência na medida em que a Câmara Municipal fez investimentos ao longo dos anos na criação de condições em termos de cais para podermos ter este tipo de transportes e temos dois operadores privados no território a garantir esses transportes, temos feito o esforço também como é público e foi aprovado aqui em termos de plano e orçamento de conservação destas próprias estruturas que temos no terreno e, portanto, parece-nos que podemos ficar com esta competência que, na prática apanha duas áreas do nosso funcionamento, uma área administrativa de maior proximidade a estes operadores privados e podermos na medida em que isso venha a ser útil de alguma forma, podermos ajudá-los a resolver alguns problemas nessa área e, por outro lado parte da competência fica também como já está na nossa Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos, porque é esta divisão que tem que garantir sempre que possível a boa utilização e a boa conservação das estruturas que temos, quer em Salvaterra de Magos, quer no Escaroupim, de utilização destes transportes. O outro Decreto que tem que ver com o 72/2019 não tivemos a leitura que fizemos da legislação, não se aplica grandemente ao nosso Concelho, porque tem a ver com a gestão de zonas de portes de pesca e zonas de portos,



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

digamos assim, de uma forma mais generalizada. Não conseguimos perceber bem para sermos sinceros, se tem alguma coisa a ver com o nosso Cais da Vala de Salvaterra de Magos, pareceu-nos que não teria, pela dimensão e pela legislação que foi publicada e, portanto, é uma área claramente que fica na Divisão do Urbanismo, é uma área de gestão de território e se tiver alguma interacção connosco, óptimo, nós temos a Divisão de Urbanismo preparada para fazer o planeamento e a gestão do território, não tendo também não tem contraindicações e, portanto, a Câmara Municipal decidiu, como eu disse há pouco por maioria, receber estas duas competências com esta lógica, de que não tem necessidade de esforços financeiros suplementares para o Município, sejam eles esforços financeiros directos sejam eles esforços financeiros através dos recursos humanos que são precisos afectar ao exercício destas competências que nos parecem simples.” -----

---- Submetida a votação a proposta de aceitação para o ano 2019 da competência prevista no Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de Abril (transporte de pessoas em vias navegáveis), foi a mesma aprovada por maioria, com 17 votos a favor (14 da bancada do PS, 2 da bancada do CDS e 1 do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho (MIGG)), com 5 votos contra (3 da bancada do BE e 2 da bancada da CDU) e 2 abstenções da bancada do PSD. -----

---- Submetida a votação a proposta de aceitação para o ano 2019 da competência prevista no Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de Maio (áreas portuárias-marítimas), foi a mesma aprovada por maioria, com 17 votos a favor (14 da bancada do PS, 2 da bancada do CDS e 1 do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho (MIGG)), com 5 votos contra (3 da bancada do BE e 2 da bancada da CDU) e 2 abstenções da bancada do PSD. -----

---- Face ao exposto a Assembleia Municipal, deliberou no uso da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aceitar no ano de 2019 as competências previstas nos seguintes diplomas: Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de Abril (transporte de pessoas em vias navegáveis) e Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de Maio (áreas portuárias-marítimas). -----



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

---- Ponto doze - Relatório de Actividades e Avaliação da CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de 2018 – Para conhecimento -----

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “Eu manifesto apenas do relatório que é apresentado uma preocupação com algumas ausências de entidades importantes na Comissão de Protecção de Menores, em que por exemplo o representante do Ministério da Educação desde 19 de Setembro do ano anterior que não está presente, para além também de referir que o representante das IPSS também não tem estado presente, o que eu acho que é factor de preocupação, mas deve ser resolvido certamente.” -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

--- Ponto treze - Aprovação da gravação áudio e vídeo e transmissão on-line (live streaming) das Assembleias – Para deliberação -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Monteiro dizendo o seguinte: “Acho que toda a gente teve acesso ao documento. Eu acho que é aquilo que eles nos facilita, portanto, isto já é um assunto recorrente aqui na Assembleia Municipal e sempre levantou diversos problemas por causa da protecção de dados, da legalidade da transmissão e tudo mais e eu acho que este documento que o Bloco de Esquerda vos facultou, de alguma forma nos tranquiliza e nos permite então passar à transmissão on-line, criando assim e sendo esse sempre o objectivo, a proximidade com a população na actividade política do Município.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Antão dizendo o seguinte: “Como é que a gente começa sobre uma proposta, eu confesso que na última Assembleia Municipal quando a proposta apareceu nem sequer me apercebi disso, que estávamos confrontados não com uma coisa recorrente, mas com uma proposta em concreto, que nos começa por dizer “aprovação da gravação áudio” podemos riscar esta primeira parte, porque como por todos nós é comprovado a gravação áudio é feita, por isso não precisamos aprovar a gravação áudio. Depois continua “e vídeo e transmissão online (live streaming) das Assembleias”, as curiosidades das Assembleias Municipais são a forma como nós nos enredamos nas nossas próprias intervenções e eu questiono directamente o senhor Deputado Nuno Monteiro sobre se aconselhou tecnicamente sobre esta proposta, nomeadamente sobre a colocação da régua, por



Município de Salvaterra de Magos

Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

exemplo, que ainda à bocado foi falada aqui a propósito de outra estrutura ou sobre a largura de bandas que é preciso ter para transmitir e porque é que essa informação não veio associada à proposta, porque normalmente, é pedir aos outros aquilo que nós temos a capacidade de nós próprios de fazer, em matérias, digamos semelhantes, nomeadamente quando se está a propor alguma coisa. Depois como é óbvio, o ciclo e o caminho da história e da comunicação leva-nos para mais cedo ou mais tarde estas transmissões são uma coisa generalizada, ainda não são neste momento, as dificuldades jurídico legais, administrativas de implementação destas transmissões continuam exactamente as mesmas, isso nunca impediu os portugueses de avançarem no mundo desde o início da nossa história, isso nunca foi impeditivo de nós darmos saltos e de nós sonharmos e de fazermos as coisas, mas as preocupações mantem-se e nós temos que tentar incorporá-las minimamente quando estamos a aprovar propostas na nossa Assembleia e com isto dizer que aquilo que o Partido Socialista sugere ou aquilo que eu aqui em nome do Partido Socialista sugiro ao Bloco de Esquerda é que esta proposta possa ser convertida numa coisa em concreto que é a inclusão de um ponto número 4 no artigo 23 da secção IV do regimento que é o da gravação das sessões, onde vem lá a dizer que as sessões são gravadas, por isso a primeira parte não faz sentido, mas este ponto número 4 que possa dizer a redacção simplificada o mais simples possível, até para nos permitir essas adaptações a todas as questões jurídicas e administrativas que é as sessões podem ser transmitidas em directo, devidamente autorizadas pela mesa da Assembleia. E a partir daqui a mesa faz a interpretação sobre quem solicita a transmissão, nós tendemos a falar sobre a comunicação social, sobre a comunicação social nós não precisamos de dizer absolutamente nada, a comunicação social desde que devidamente instituída transmite o que quiser, quando quiser, do sítio onde quiser, obviamente com a aplicação do bom senso, mas como nós não temos historicamente o acompanhamento da comunicação social, não temos historicamente o acompanhamento, muito menos em transmissão em directo, como acontece por exemplo no Entroncamento e em Torres Novas, salvo erro que é o Entroncamento on-line que faz essa transmissão ou então noutras Assembleias que não propriamente em directo de imagem, mas em blogs, em live blogs, como é o caso de Abrantes, Mação e mais uma série delas, não temos esse hábito, por isso também não precisamos de estar, aqui o temos é de



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

estimular e desafiar, não sei se a Rádio Marinhais ainda tem condições técnicas para isso, mas a Rádio Iris ou até mesmo o Mirante, que aqui está, fica aqui o desafio para que a jornalista possa desafiar o seu director a transmitir as Assembleias Municipais, mas ficava esta transmissão, queria então eu dizer, primeiro ao critério da mesa, em função de quem solicita a transmissão, porque pode também ser uma pessoa individual, pode ser alguém que represente uma associação, não interessa agora, seja lá o que for, a mesa faz essa interpretação e da interpretação da mesa cabe sempre recurso para o plenário, para todos os Deputados Municipais e isso garante que a decisão da mesa é ratificada e deixava-mos isso para a lei geral e a propósito da questão lei geral, dizer que esta informação que o Bloco de Esquerda associou ou copelou à proposta que fez, e agora este à parte só me vincula a mim próprio, vem de uma associação que peço desculpa, mas que vale do ponto de vista administrativo coisa nenhuma, foi uma associação criada por um conjunto de autarcas de Assembleia Municipal em contravapor com um conjunto de decisões que a Associação Nacional de Municípios estava a tomar, tudo bem a livre iniciativa dos portugueses aqui como nas candidaturas às associações humanitárias, por exemplo, é uma coisa legítima e querer transformar esta informação que uma associação de assembleias municipais deu nem sei bem a quem, mas que deu esta informação, num parecer que é uma leitura demasiado extensiva para nós lhe darmos esse vínculo jurídico de um parecer e depois de referências genéricas ao regimento da Assembleia Municipal de Estremoz, que ainda coisa que faz é reproduzir aquilo que vem na lei geral, para isso não é preciso informação a gente vai ler a lei geral e percebe que as assembleias municipais são públicas e têm um conjunto de competências de fiscalização, por isso é uma informação que não acrescenta absolutamente nada àquilo que nos interessa ter. Posto isto, reforçando aquilo que foi a minha proposta e vou repeti-la, porque certamente não terá sido perceptível para todos, era acrescentar no Regimento da Assembleia Municipal um ponto número 4 no artigo 23.º secção IV que é da gravação das sessões, que dissesse “as sessões podem ser transmitidas em directo devidamente autorizadas pela mesa da Assembleia”, como por quem, porquê, são tudo decisões que nesta fase só podem ser tomadas primeiro pela mesa e com recurso para o plenário. E para terminar, senhor Presidente, o que está aqui em causa não é a questão de ser mais sério ou menos sério, é a questão da evolução dos



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

mecanismos de funcionamento de democracia e da relação entre eleitos e eleitores, mas não se faz uma proposta destas, quando se conhece a realidade, pode ser uma coisa abstrata de qualquer um de nós chegar a Avis e fazer uma proposta lá sem conhecer qual é que é o funcionamento da autarquia, mas nós não temos recursos humanos, técnicos competentes para fazer isto, não temos, não existe, pode haver alguém que tenha essa especial apetência nos recursos humanos da autarquia, mas no quadro de pessoal que é aqui votado todos os anos, não temos lá essa competência, não temos nenhuma rúbrica específica que permita a aquisição do equipamento que é preciso, seja ele qual for, uma proposta destas implicava, uma alteração ou revisão do orçamento, implicava uma alteração do quadro de pessoal e depois implica também e já agora voltando às transmissões sobre qual é o layout da sala e a forma como cada uma das intervenções é gravada, porque se for em ângulo aberto, as pessoas apercebem-se que há eleitos que não param um segundo sossegados nem caladinhos, sempre a tentarem perturbar as intervenções dos outros, depois tínhamos de definir bem qual é que era o ângulo de abertura da Câmara para isso, nós já estamos habituadíssimos a isso, há mais de 20 anos que isto acontece e por isso pode continuar a acontecer esta perturbação que a gente continua a fazer as intervenções na mesma, isto nunca foi motivo para isso. Mas estava eu a dizer que implicava este conjunto de alterações ao orçamento, ao quadro de pessoal, à abertura de concursos para a entrada de pessoal, que nem sei sequer se neste momento é possível, e um conjunto de licenças e alterações que é preciso para uma entidade pública fazer essa transmissão e guardar como é óbvio, a gravação dessa transmissão e depois implicava também que seja definido em que plataforma é que é feita essa transmissão, porque em software aberto, em plataformas comerciais tipo facebook e instagram e twitter passo a publicidade, em qual delas é que isso é feito, depois o registo fica em canal de youtube ou fica em espaço específico no site da autarquia, são tudo questões que nós temos que ponderar, temos que indo discutindo, mas acho eu que interpreta o espírito que o Bloco de Esquerda fez com a simplificação da proposta dito numa linha e que aparecendo alguém que esteja disponível para fazer essa transmissão mediante a decisão da Assembleia ela é transmitida e certamente entre 2020 com propostas para o orçamento de 2021 com propostas para o orçamento e com propostas para o manifesto eleitoral, certamente que isto pode ser alvo de



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

debate político e depois, como é óbvio fazer parte dos programas eleitorais e consoante as votações depois estas coisas serem aplicadas ou não. Damos aqui um primeiro passo que acho que é um passo que simplifica e que vai de encontro àquilo que são as pretensões e vamos trabalhando aos poucos essa ligação aos eleitores por parte dos eleitos.” -----

--- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “Eu gostava de dizer o seguinte, sobre esta matéria há duas ou três questões que eu gostaria de dizer. A primeira coisa é sobre o actual ordenamento jurídico que está definido, esse ordenamento jurídico que, aliás este parecer que é muito fraco, e é um parecer que acaba por dar passos de lógica que não funcionam, o nosso ordenamento jurídico coloca grandíssimas restrições e mesmo proibições a gravações sem autorização não é por uma coisa ser pública que se confunde pode gravar e dou um exemplo muito simples, exames orais, provas académicas e doutoramento são sessões públicas, não posso passar por aí que podem ser gravadas de qualquer forma e, portanto, o próprio parecer diz que a lei é omissa, mas que todos constataam que é público, mas o facto de ser público e a lei não permitir e haver um artigo na constituição e haver um artigo no Código Civil que são leis, a Constituição que é a norma jurídica base e as outras, proíbem expressamente que uma pessoa possa ser gravada sem saber, colocando uma excepção que são quando, por razões de interesse público e, portanto, razões de interesse público nós temos assistido a várias deliberações sobre essa matéria até sobre casos do futebol e, portanto tem vindo a considerar que há apenas um documento que comprova o que se passou que é a acta. Segunda nota, há uma questão, se querem a minha opinião sobre este ordenamento jurídico eu acho que no caso destes órgãos democráticos mais tarde ou mais cedo a lei vai ser alterada, mas ainda não foi, porque a matéria levanta muitas discussões, nós sabemos que não se prendem com este aspecto, mas prendem-se com a gravação de uma pessoa sem saber e mesmo as gravações de questões de interesse público têm quadros para fazer, não pode pôr, porque a pessoa tem interesse público a pôr uma Câmara dentro da casa dele, também poderia dizer agora o que se passou sobre decisões recentes. Segunda coisa, portanto, esta matéria é uma das matérias fundamentais das sociedades depois da revolução francesa como a violação da correspondência privada, etc. Segunda matéria, sobre este tipo de reuniões eu acho que vai ser inevitável esta alteração



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

jurídica, eu não estou a falar sobre o princípio geral, mas isso implica mexer no princípio constitucional, mas eu acho que é inevitável, ou seja o que diz o senhor Deputado Nuno Monteiro, é uma questão que é inevitável. Segunda nota, do ponto de vista político, do ponto de vista das sociedades democráticas, do ponto de vista das sociedades abertas, eu acho que vai-se encontrar uma solução jurídica para este tema. Segunda nota, o que é que algumas autarquias têm vindo a fazer é permitir que haja uma divulgação da gravação, seja on-line ou seja reposta posteriormente, por causa das questões que estavam aqui a ser faladas, dos meios financeiros e tecnológicos que isso possa fazer, é a gravação pode ser feita desde que todos os membros nessa sessão aceitam, têm conhecimento e que autorizam a ser gravados. Aliás, eu vou dar um exemplo máximo que é da Assembleia da República, a Assembleia da República teve uma grande discussão, a proposta até foi do Pacheco Pereira, enquanto era líder do grupo parlamentar do PSD, para que não entrassem jornalistas nos espaços perdidos e não gravassem as sessões, por causa de câmaras que eram colocadas e a questão veio-se a agravar com os computadores, isto é câmaras que tiravam a imagem do que é que estavam a ver, dos deputados ou dos documentos que estavam a fazer no computador e para dar este exemplo máximo a Assembleia da República decidiu que apenas o canal da TV AR filma, portanto, não é preciso dar mais exemplo nenhum, é apenas aquele canal que filma e é a partir daquele canal que saem as imagens todas, portanto, não é preciso dar mais exemplo para provar a complexidade jurídica do que está a ser dito. Eu enquanto Presidente da Assembleia Municipal e porque isto tem implicações sobre o Presidente da Mesa que tem que assegurar a questão jurídica eu, digamos que, atendamos a esta prática feita pelas Assembleias Municipais com todos, não é uma competência da mesa da Assembleia, com todos a dizerem “eu sei que estou a ser gravado e autorizo que me gravem e autorizo que, pode ser a Câmara Municipal quando tiver competência para o fazer, ou pode ser a Câmara Municipal a pôr a gravação depois se não tiver meios tecnológicos para a pôr”, que eu acho que é o que está neste momento, nós gravamos e a seguir é colocada numa base qualquer, da Câmara ou noutra, ou que há uma entidade jornalística que chega aqui e diz, uma Rede Regional ou o Mirante ou uma entidade destas que quer gravar e transmitir em directo, ou a rádio Marinhais, para dar exemplos, eu coloco à Assembleia se algum Deputado tem alguma reserva que esteja a ser



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

gravado e se autoriza e todos os Deputados, por escrito, assinam e será feita a gravação, é assim que estão a fazer os Municípios das duas dezenas ou duas dezenas e meia que estão a passar em directo. Portanto, tudo isto para dizer que o meu posicionamento era, digamos, e eu estou a falar do meu ponto de vista pessoal, apoiar a proposta que está a ser dita pelo senhor Deputado Nuno Monteiro, mas não ser a Mesa a autorizar, ser todos os membros a autorizar e saberem que estão a ser gravados, dizem “eu sei que estou a ser gravado e autorizo”. Eu no meu ponto de vista pessoal acho que deve ser esta a autorização que venhamos a fazer aqui. Era isto que eu colocava, do ponto de vista da proposta, à Assembleia Municipal, a Câmara não tem condições neste momento de fazer as transmissões em directo, é muito natural é o que está a acontecer em duas ou três Câmaras no distrito que são órgãos da comunicação social que estão a transmitir as assembleias em directo e, portanto, eu não vejo inconveniente nenhum em que isso aconteça desde que todos os Deputados presentes na Assembleia, não é o regulamento, porque isto é um direito individual, digam “eu não tenho obstáculo nenhum a que seja gravado nesta matéria”, porque é um poder da mesa permitir que os órgãos de comunicação social entrem ou não, e se a mesa ou da assembleia se achar que a mesa não está de acordo, é a mesma coisa que um presidente de júri em provas académicas públicas, é a mesma coisa que em reuniões executivas. Imaginem que as reuniões mensais das Juntas de Freguesia e que apareça um órgão de comunicação social a querer gravar as pessoas que lá estão a intervir, e como devem entender o legislador à medida que diminui as características do órgão mais o legislador é exigente sobre o interesse público ou não, ou seja, não é o interesse público é se é figura pública, portanto, é difícil que o legislador venha a dizer sem menosprezo para ninguém, “o senhor y do executiva da Junta y que vive na aldeia y que é uma figura pública”, isso é fácil e é mais fácil dizer quando é com um Presidente de Câmara é mais fácil para um outro representante e, portanto, a matéria, do ponto de vista jurídico é esta, em síntese eu atrevia-me a colocar, se todos estivéssemos de acordo, uma reformulação da proposta/tipo do senhor Deputado Nuno Antão, podemos pôr as duas a votação, mas a do senhor Deputado Nuno Antão com esta nota, desde que todos os Deputados aceitem e não coloquem e ponho à consideração se algum Deputado tem algum inconveniente em ser ouvido e aparece aqui um órgão de comunicação social e quer transmitir em directo, um qualquer



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

membro da Assembleia quer fazer um live, são as formas modernas, imaginem que chega aqui alguém a dizer que “eu quero fazer live da assembleia” ou algum partido que trás alguém, eu não vejo inconveniente nenhum a isso, agora todos os Deputados tem que autorizar e saber que estão a ser gravados. Não sei se me fiz entender sobre esta matéria.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Monteiro dizendo o seguinte: “Penso que percebi, e tenho algumas dúvidas quanto à autorização, mas acho que devo de ir ao encontro daquilo que o senhor Presidente disse. Bem, primeiro que tudo o que vemos aqui hoje é alguma abertura a esta transmissão, portanto, é esta partilha e isso é positivo, parece que todos estamos a partilhar isso, e nesse contexto e estamos a dizer que a Câmara não tem e que não há ou que é difícil, o senhor Deputado Nuno Antão colocou uma quantidade de questões que fazem sentido, duvido que seja tão difícil como o senhor Deputado quis fazer parecer, mas elas são pertinentes, e nesse contexto aquilo que eu propunha, até porque penso não me enganar a próxima Assembleia será só em Setembro, a minha proposta seria o seguinte, criar com o apoio dos serviços da Câmara, percebendo quais são as suas possibilidades e limitações um grupo de trabalho com um representante de cada bancada para podermos perceber as dificuldades e os problemas, perceber se todas as questões que o senhor Deputado Nuno Antão pôs são um problema, se são mais fáceis de resolver, quais são as capacidades técnicas que a Câmara tem e quais é que não são e com base nisso e num trabalho conjunto que parece que todos partilhamos desta ideia e desta novidade e do que ela acrescenta à população, que era criar um grupo de trabalho.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “Eu nada tenho a opor a essa metodologia, mas há duas matérias imediatas que podem ser feitas, qualquer órgão ou qualquer meio de transmissão que queira, desde que seja informado e diga, como que a gravação que é feita aqui seja posta a seguir num sítio qualquer que seja onde seja ouvido. Estes são dois mecanismos, desde que todos os que estão aqui, antes de começar a sessão diga-se a sessão é gravada, esta está autorizada para gravar apenas para esses efeitos, mas é como colocar às pessoas, isto está a ser gravado, há uma proposta para que a gravação seja disponibilizada terá acesso e todos concordamos, quem está aqui.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Monteiro dizendo o seguinte: “Eu penso só como temos



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

margem, como temos algum espaço de tempo, podemos criar esse grupo e prever tudo isso, discutir todos esses problemas.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Antão dizendo o seguinte: “Eu, em relação ao acrescento do Presidente da Assembleia Municipal fez ao texto àquela frase que eu propus, eu tentei simplificar ao máximo, tendo em conta que a Mesa coordena os trabalhos e das decisões da Mesa cabe sempre recurso para plenário, partindo eu do princípio de que a decisão e da seriedade com que todos nós tomamos as decisões, a mesa decide deixar transmitir se houver alguém que não o queira fazer imediatamente o dirá, não se vai refugiar e depois dizer que afinal tinha dito, é claro que isto pode acontecer, e percebo a proposta que o senhor Presidente da Assembleia Municipal fez, obviamente, isto é desde que todos os Deputados Municipais autorizem essa transmissão. Eu sugeria que nós pudéssemos aprovar uma redacção do número 4 simplificada e que este grupo de trabalho que o Bloco de Esquerda sugeriu possa desenvolver o seu trabalho e garantíamos já que na próxima Assembleia, independentemente do grupo de trabalho chegar a alguma conclusão ou não, se formos colocados perante estas circunstâncias já é possível via mesa, via autorização de todos e todas os membros da Assembleia Municipal ela poder acontecer.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Monteiro dizendo o seguinte: “Temos tempo para discutir, acho não vale a pena estarmos a adiantar, se existe esta sensibilidade de todos e esta disponibilidade, parece que existe disponibilidade da criação deste grupo, acho que temos o tempo e mais calma para reflectir e depois fazer tudo certo, acho que não há necessidade de estar a antecipar agora se estamos neste bom caminho.” -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade criar um grupo de trabalho para implementar o proposto no presente ponto. -----

---- **Período de Intervenção Aberto ao Público.** -----

---- Encerrada a ordem de trabalhos o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao público presente, não se registando qualquer intervenção. -----

---- No final da sessão procedeu-se à leitura da minuta da acta, a qual foi aprovada por unanimidade. -----



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 26/06/2019

ACTA N.º 14

---- Encerramento da Reunião. -----

---- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a reunião era 23:05 horas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, _____

O 1.º Secretário _____

O 2.º Secretário _____